



REFLEXOS DA VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA QUE EXACERBAM NA VIDA ADULTA

Resumo: O artigo aborda os reflexos da violência na infância que se manifestam na vida adulta das mulheres, explorando as consequências psicológicas, emocionais e sociais. Baseado em revisão de literatura e dados de organismos internacionais e nacionais, o estudo discute formas de violência, como física, sexual, psicológica e negligência, destacando sua prevalência e impactos. As consequências vão desde transtornos psicológicos e dificuldades relacionais até maior predisposição à violência conjugal e comportamentos autodestrutivos. Crianças expostas a essas situações apresentam maior risco de desenvolvimento comprometido e problemas emocionais que se prolongam na vida adulta. A pesquisa enfatiza o papel crucial da enfermagem na identificação e abordagem desses casos, bem como a importância de políticas públicas para prevenir e combater a violência contra crianças e adolescentes. Conclui-se que medidas de proteção e intervenções educativas são essenciais para romper o ciclo da violência e garantir o desenvolvimento saudável das vítimas. **Descritores:** Maus-Tratos Infantis, Violência Doméstica, Traumas Psicológicos, Cuidados de Enfermagem.

Repercussions of violence in childhood that exacerbate in adult life

Abstract: The article addresses the consequences of violence suffered in childhood that manifest themselves in women's adult lives, exploring the psychological, emotional and social consequences. Based on a literature review and data from international and national organizations, the study discusses forms of violence, such as physical, sexual, psychological and negligence, highlighting their prevalence and impacts. The consequences range from psychological disorders and relational difficulties to a greater predisposition to marital violence and self-destructive behaviors. Children exposed to these situations are at greater risk of impaired development and emotional problems that continue into adulthood. The research also emphasizes the crucial role of nursing in identifying and addressing these cases, as well as the importance of public policies to prevent and combat violence against children and adolescents. It is concluded that protective measures and educational interventions are essential to break the cycle of violence and ensure the healthy development of victims.

Descriptors: Child Abuse, Domestic Violence, Psychological Trauma, Nursing Care.

Repercusiones de la violencia en la infancia que se exacerbam en la vida adulta

Resumen: El artículo aborda los efectos de la violencia en la infancia que se manifiestan en la vida adulta de las mujeres, explorando las consecuencias psicológicas, emocionales y sociales. A partir de una revisión de la literatura y datos de organizaciones internacionales y nacionales, el estudio analiza formas de violencia, como la física, sexual, psicológica y la negligencia, destacando su prevalencia e impactos. Las consecuencias van desde trastornos psicológicos y dificultades relacionales hasta una mayor predisposición a la violencia conyugal y conductas autodestructivas. Los niños expuestos a estas situaciones corren un mayor riesgo de sufrir problemas de desarrollo y emocionales que se extienden hasta la edad adulta. La investigación enfatiza el papel crucial de la enfermería en la identificación y el abordaje de estos casos, así como la importancia de las políticas públicas para prevenir y combatir la violencia contra niños y adolescentes. Se concluye que las medidas de protección y las intervenciones educativas son esenciales para romper el ciclo de la violencia y asegurar el desarrollo saludable de las víctimas.

Descritores: Maltrato a los Niños, Violencia Doméstica, Trauma Psicológico, Atención de Enfermería.

Rania Thalia Barros Macedo

Discente de Graduação em Enfermagem no
Centro Universitário Santo Agostinho.
Teresina, Piauí.
E-mail: raniathalia186@gmail.com

Ellen Layse Rodrigues Barros

Discente de Graduação em Enfermagem no
Centro Universitário Santo Agostinho.
Teresina, Piauí.
E-mail: ellenbarros645@gmail.com

Helen Ribeiro Barbosa

Discente de Graduação em Enfermagem no
Centro Universitário Santo Agostinho.
Teresina, Piauí.
E-mail: helenbarbosa22.hb@gmail.com

Maria Fabiana de Freitas Bandeira

Discente de Graduação em Enfermagem no
Centro Universitário Santo Agostinho.
Teresina, Piauí.
E-mail: fbandeira960@gmail.com

Gabryelle de Oliveira da Silva

Discente de Graduação em Enfermagem no
Centro Universitário Santo Agostinho.
Teresina, Piauí.
E-mail: gabryelleoliveira212@gmail.com

Bianca Anne Mendes de Brito

Estomatopateuta. Doutora em Enfermagem.
Docente no Centro Universitário Santo
Agostinho. Teresina, Piauí.
E-mail: enbiancabrito@gmail.com

Submissão: 28/11/2024

Aprovação: 11/01/2025

Publicação: 12/02/2025



Como citar este artigo:

Macedo RTB, Barros ELR, Barbosa HR, Bandeira MFF, Silva GO, Brito BAM. Reflexos da violência na infância que exacerbam na vida adulta. São Paulo: Rev Recien. 2025; 15(43):59-67. DOI: <https://doi.org/10.24276/rrecien2025.15.43.596>

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu relatório *Global Status Report on Violence Prevention 2020*, a violência é definida como o uso intencional da força física ou do poder, seja de forma real ou ameaçada, contra si próprio, outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, comprometimento do desenvolvimento ou privação. As consequências desse fenômeno vão além das vítimas diretas, afetando também os agressores e toda a comunidade, impactando pessoas de todas as idades, classes sociais, gêneros e raças/etnias de diferentes maneiras¹.

Crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis à violência doméstica, sendo considerados os grupos mais frágeis dentro dessa dinâmica. A convivência diária com seus agressores, somada à dependência para suprir suas necessidades básicas tanto materiais quanto emocionais, cria um ambiente propício para o abuso. Nesse sentido, o lar, que deveria ser um espaço de proteção, pode se transformar em um palco preferencial para a manifestação de violência contra os mais jovens, refletindo uma histórica desvalorização da infância e a contínua invisibilidade das questões infantojuvenis².

Quando a violência é direcionada às crianças, seu impacto vai além da infância. Lesões e traumas físicos, sexuais e emocionais deixam marcas profundas que afetam o desenvolvimento infantil e a vida adulta. Crianças que sofrem maus-tratos frequentemente carregam cicatrizes psicológicas que se manifestam em relações interpessoais, aumentando a predisposição a situações de violência conjugal, sexual

ou a comportamentos autodestrutivos, como automutilação e suicídio³.

Esses traumas podem dificultar a formação de vínculos saudáveis e a autoestima. Assim, prevenir maus-tratos na infância não apenas protege o bem-estar imediato da criança, mas também reduz significativamente o risco de envolvimento com a violência na vida adulta, promovendo uma sociedade mais saudável. Crianças vítimas de abuso têm maior probabilidade de desenvolver transtornos psicológicos, problemas de comportamento e dificuldades em estabelecer relações saudáveis³.

O ano de 2020, marcado pela pandemia de coronavírus tornou o tema sobre violência contra crianças ainda mais urgente. No relatório “*Global status report on preventing violence against children 2020*”¹, publicado conjuntamente por órgãos das Nações Unidas faz um alerta para o fato de que, aproximadamente, 1 bilhão de crianças, metade das crianças do mundo são submetidas a alguma forma de violência⁴.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), estima-se em estatísticas globais que quase 400 milhões de crianças menores de cinco anos ou seis em cada dez crianças nessa faixa etária em todo o mundo sofrem regularmente agressão psicológica ou castigo físico em casa⁵.

Quase dois terços das crianças entre 1 e 14 anos na América Latina e no Caribe enfrentam formas de disciplina violenta em casa, com percentuais que superam 80% no Haiti, na Jamaica e no Suriname. A disciplina violenta abrange várias categorias, incluindo agressão psicológica, castigo corporal severo e outros tipos de castigo físico. Em contrapartida, os dados disponíveis indicam que as meninas tornam-se

especialmente vulneráveis à violência sexual ao completarem 10 anos. Distribuição percentual de meninas de 15 a 19 anos que já sofreram violência sexual, segundo a idade no momento do primeiro incidente⁵.

Nos três principais países, Haiti, Guatemala e Honduras as meninas enfrentam diferentes níveis de vulnerabilidade à violência sexual. No Haiti, 12% das meninas sofreram violência sexual antes dos 10 anos, 30% entre os 10 e 14 anos, e 58% entre os 15 e 19 anos. Na Guatemala, 12% das meninas foram vítimas antes dos 10 anos, 46% entre os 10 e 14 anos, e 42% entre os 15 e 19 anos. Em Honduras, 29% das meninas sofreram violência sexual antes dos 10 anos, 29% entre os 10 e 14 anos, e 29% entre os 15 e 19 anos, enquanto 13% não possui dados disponíveis⁴.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 registrou mais de 83 mil casos de violência contra crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos em 2021, incluindo quase 20 mil de maus-tratos. Esses dados revelam uma grave emergência nacional que demanda estratégias complexas, envolvendo agentes e órgãos públicos comprometidos, além de uma sociedade civil organizada. Em dezembro de 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Fundação José Luiz Egydio Setúbal, publicou o estudo “Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil (2019-2021)”, que levantou o número e o perfil das vítimas de alguns tipos de crimes contra crianças e adolescentes em 12 Unidades da Federação⁴.

Esse estudo é o único levantamento disponível sobre os registros de maus-tratos anteriores à pandemia, servindo como base de comparação com os dados divulgados no Anuário. A análise dos dados de crimes de maus-tratos indica que a maioria das

Unidades da Federação apresentou, em 2021, níveis similares aos de 2019. Enquanto alguns estados registraram menos casos em 2021 do que em 2019, outros relataram um aumento no número de ocorrências anuais em comparação ao período pré-pandemia. No entanto, fica evidente que 2020 foi um ano de queda nos registros, reforçando a hipótese de que as estatísticas criminais desse ano não refletiram adequadamente a realidade do país⁴.

Os dados do DATASUS sobre violência interpessoal e autoprovocada no estado do Piauí em 2023 revelam informações alarmantes sobre a frequência de assédio e violência sexual. No total, foram notificadas 1.245 ocorrências de assédio sexual, das quais 259 foram confirmadas, 180 descartadas e 26 classificadas como ignoradas, sem confirmação ou negação explícita. Além disso, 280 casos permanecem sem registro conclusivo. No mesmo ano, o município de Teresina notificou 2.152 casos de violência sexual, sendo 536 confirmados, 1.571 descartados e 2 sem definição, consideradas ignoradas⁶.

A maior prevalência de confirmações ocorreu entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, com 172 ocorrências, seguidas pela faixa de 5 a 9 anos, com 80 casos. Esses dados expõem a extrema vulnerabilidade dessas faixas etárias e evidenciam a urgência de políticas públicas eficazes para combater e prevenir a violência sexual e o assédio, que continuam a impactar de forma profunda a sociedade piauiense⁶.

Este estudo tem o objetivo de refletir sobre as múltiplas formas de violência sofridas na infância e suas repercussões na vida adulta das mulheres, destacando os impactos psicológicos, emocionais e sociais.

Material e Método

Este artigo consiste em uma reflexão teórica fundamentada em uma revisão de literatura sobre a violência contra mulheres, crianças e adolescentes, com foco em seus impactos psicológicos e sociais a longo prazo.

A coleta de dados incluiu documentos oficiais de organizações internacionais e nacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério da Saúde do Brasil, além de artigos científicos revisados por pares publicados entre 2019 e 2024.

Os descritores utilizados nas buscas foram: "Maus-Tratos Infantis," "Violência doméstica," "Trauma Psicológico" e "Cuidados de Enfermagem." Foram incluídas publicações em português, inglês e espanhol, selecionadas de acordo com critérios de relevância e acessibilidade.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos estudos e relatórios que enfatizam a prevalência de violência em contextos domésticos e discutem os impactos psicológicos e sociais da violência sofrida na infância, especialmente os que exploram suas consequências na vida adulta das vítimas.

Além disso, foram priorizados materiais que fornecem dados estatísticos atualizados, a partir de 2019, sobre a violência infantil, com exceção de protocolos/manuais publicados anteriormente. Excluíram-se materiais que não abordavam a temática do estudo.

Análise e Síntese dos Dados

Os dados coletados foram analisados de maneira crítica e interpretativa, com o objetivo de identificar e discutir as principais formas de violência - física,

psicológica, sexual e negligência - e suas repercussões na vida adulta. A análise foi sintetizada em temas centrais:

- (1) Prevalência e Formas de Violência, com destaque para as mais comuns na infância;
- (2) Incidência de Violência Infantil em nível global, nacional (Brasil) e regional (Piauí);
- (3) Impactos no Desenvolvimento Psicológico e Social das vítimas; e
- (4) Políticas Públicas de Proteção à Infância, com foco nas legislações e programas que visam garantir a segurança e o bem-estar das crianças.

Considerações Éticas

Este estudo, de caráter teórico-reflexivo é baseado exclusivamente em dados secundários, não envolveu coleta de dados primários com seres humanos, isentando-o da necessidade de aprovação por um comitê de ética. O rigor metodológico foi respeitado, com atenção para evitar inferências especulativas e garantir uma análise baseada nas evidências disponíveis na literatura científica.

Resultados e Discussão

A violência infantil é um fato recorrente, não só no Brasil, mas no mundo, sendo em sua maioria promovida dentro do ambiente familiar, deixando as crianças desprotegidas em seu próprio lar. Ser vítima de violência ainda na infância pode ocasionar inúmeras consequências na vida adulta. As principais violências que ocorre em crianças e adolescentes, são de natureza física, sexual, emocional/psicológica ou de negligência, resultando em um dano à saúde, ao desenvolvimento, sobrevivência e dignidade do indivíduo¹.

A violência física contra a criança não é uma novidade das sociedades contemporâneas. Registros históricos apontam situações de violência contra

criança manifestadas em diferentes formas em diversas sociedades. A história mostra que, desde os tempos primitivos até o momento presente, a violência contra a criança se apresenta como um fenômeno social e cultural de grande relevância. A naturalização dos castigos físicos e a compreensão de que isso integra o processo educacional dificultam o enfrentamento desse fenômeno⁷.

Em relação ao Brasil, esse tipo de violência atinge milhares de crianças e adolescentes através dos muros de silêncio das relações familiares, podendo trazer agravos de saúde, com grandes impactos ao desenvolvimento infantil. Contudo, a violência física contra crianças e adolescentes ainda persiste na sociedade, muitas vezes sendo ignorada ou minimizada em relação às consequências e impactos no desenvolvimento desses jovens que convivem em ambientes familiares violentos⁷.

A violência física, entendida como uso da força física, de natureza disciplinar ou punitiva, por parte de um cuidador ou responsável, contra o corpo da criança ou do adolescente. Essa violência pode ter a função de disciplinamento corporal, ou seja, como forma de controle do comportamento da criança ou punição corporal, isto é, para punir e castigar a criança por um comportamento inadequado. Geralmente ela é praticada por meio de tapas, beliscões, tortura, estrangulamento, sufocamento, chutes e arremessos de objetos, o que causa lesões, traumas, queimaduras e mutilações⁷.

Diante disso, compreende-se que a violência física vivenciada na infância pode gerar consequências significativas, como comportamentos descontrolados, distorções cognitivas e dificuldades de regulação emocional (medo, raiva, reações destemperadas e

impulsivas). Essas consequências podem contribuir para um bloqueio na socialização com membros da família e/ou com a sociedade de um modo geral, gerando desinteresse e dificuldades nas atividades cotidianas e principalmente na afetividade⁸.

A violência sexual consiste numa das piores formas de violência. Ocorre quando se pratica o abuso e a exploração sexual. O abuso e a exploração sexual contra criança e adolescente configuram grave violação aos direitos humanos, consiste numa questão social e é uma das grandes preocupações em nível mundial, pois ocorre em tão expressiva dimensão que é considerada uma violação de direitos e questão de saúde pública, ocasionando sérios danos às vítimas, envolvendo aspectos psicológicos, físicos, sociais e legais⁹.

Abuso sexual infantil ocorre quando é utilizado o corpo de uma criança e/ou adolescente em prática de qualquer ato de natureza sexual, por uma pessoa adulta ou adolescente. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de compreender a prática do ato como abuso, em alguns casos cometidos por familiares e pessoas próximas. Os atos e práticas cruéis de violência ocorrem por meio de toques e carícias na vítima pelo abusador (adulto ou adolescente). É qualquer ato que pretende satisfazer as necessidades sexuais do abusador, incluindo indução ou coerção da vítima para o ato de violência⁹.

Enquanto a exploração sexual surge com o envolvimento da e/ou adolescente com a finalidade de auferir algum tipo de lucro financeiro ou troca material, desmembrando-se em quatro tipos: exploração sexual para fins de prostituição; pornografia infantil; tráfico para fins de exploração

sexual e turismo sexual. Relevante acrescentar que mesmo não ocorrendo a concretização do ato sexual, o crime fica configurado⁹.

A exposição à violência sexual na infância traz prejuízos de longo prazo, sendo um fator de risco para transtornos psicológicos e funcionais como depressão, ansiedade, ideias suicidas e estresse pós-traumático. Mulheres que sofreram abuso sexual na infância apresentam menores níveis de resiliência e auto perdão, além de maior desesperança e sintomas intensos de estresse pós-traumático, em comparação com aquelas que, embora tenham enfrentado dificuldades, não foram abusadas. Essas experiências impactam profundamente o referencial de vida e causam intenso sofrimento emocional na vida adulta⁹.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) defende que o bem-estar na infância é dependente de alguns fatores como: uma boa saúde; relacionamentos adequados; ambiente seguro, educação e realização da autonomia e resiliência pessoal. Porém, nem sempre as crianças têm suas necessidades atendidas, caracterizando a situação de negligência. Essa violência pode ser conceituada como a omissão dos cuidadores em prover as necessidades básicas para o crescimento e desenvolvimento saudáveis da criança, negligenciando a saúde, educação, desenvolvimento emocional e condições de vida segura¹⁰.

A negligência infantil pode se manifestar por meio da privação de alimentação, falta de cuidados com higiene e saúde, absenteísmo escolar, falta de supervisão, exposição a situações violentas e drogas e até abandono total. As situações de negligência podem se constituir em situações isoladas ou em um padrão de falha contínuo no atendimento das necessidades da criança. Independente da sua

intensidade e constância, este agravo impacta negativamente o crescimento e desenvolvimento da criança, envolvendo não só aspectos físicos, mas também psicológicos e emocionais, com manifestações inclusive na vida adulta¹⁰.

A negligência vivenciada na infância acarreta danos duradouros, crianças negligenciadas têm maiores chances de apresentarem déficits em seu desenvolvimento cerebral, dificuldades em se relacionar com o meio externo, problemas de ansiedade e depressão, dificuldades de aprendizados e comportamento agressivo/violento e delinquente na vida adulta. Outros fatores associados são a baixa autoestima, dificuldade de estabelecer relacionamentos, passividade, uso de substâncias ilícitas, dificuldades relacionadas ao planejamento de sua vida e a não utilização de recursos de apoio social¹⁰.

A violência psicológica contra crianças é caracterizada por ações que desqualificam suas capacidades, potencialidades, desejos e emoções. Essa forma de abuso pode se manifestar de diferentes maneiras, incluindo permissividade excessiva por parte dos responsáveis, isolamento, proteção exagerada, corrupção, tortura psicológica ou física, rejeição e exigências desproporcionais¹¹.

No ambiente familiar, essa violência representa uma realidade alarmante que afeta milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo. Por sua natureza muitas vezes sutil e invisível, seus impactos são frequentemente subestimados, mas têm repercussões profundas e duradouras na vida das vítimas¹².

Crianças e adolescentes que sofrem violência psicológica podem enfrentar consequências graves ao

longo de sua vida. Entre os efeitos mais evidentes estão o isolamento social, dificuldade no desempenho escola (ex.: baixas notas, bullying), aumento da vulnerabilidade à ansiedade e depressão, problemas de autoestima, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, ingestão abusiva de álcool e o desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático¹³.

Entretanto, essas consequências geralmente são manifestadas por um conjunto de sintomas e variam a depender da faixa etária, dos atos praticados e das suas significações e devem ser analisadas do ponto de vista contextual. Dessa forma, fica evidente que a violência psicológica apesar de muitas vezes negligenciada e com escassez em relação a estudos voltados para esta temática, representa um grave problema de saúde pública, impactando negativamente o bom desenvolvimento das crianças, exacerbando vários problemas na vida adulta¹³.

Nesse sentido, entende-se que a violência sofrida por crianças não pode ser medida, tampouco classificada como de maior ou menor gravidade, pois independente da agressão praticada, seja ela física, psicológica, sexual ou negligência, acarretará prejuízos na vida de quem sofre, a curto, médio ou longo prazo. Cabe ressaltar que a criança não é apenas vítima quando sofre a violência diretamente, mas também quando presencia atos de violência no ambiente em que se encontra⁸.

No Brasil, crianças e adolescentes passaram a ter seus direitos reconhecidos e foram considerados sujeitos de direitos com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n. 8.069/1990 (Presidência da República, 1990). Essa lei garante o direito à proteção, à vida e à saúde por meio de

políticas públicas, tornando-se um direito de todos a proteção integral. Nos últimos dez anos, tem havido uma crescente conscientização e demanda por atenção especial a essas questões, com cuidados específicos voltados para esse público¹⁴.

A criação do ECA representou um marco não apenas na legislação brasileira, mas também refletiu o reconhecimento global da importância de assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Antes do ECA, a proteção infantil no Brasil era fragmentada e muitas vezes ineficaz, com a legislação falhando em oferecer um padrão uniforme de cuidado e proteção para todos os menores¹⁴.

A abordagem mais organizada e abrangente introduzida pelo ECA não só garantiu direitos, mas também estabeleceu um sistema social e jurídico que ajudou a lidar com questões complexas, como a violência infantil. Essa mudança na legislação evidenciou uma nova perspectiva sobre como a sociedade brasileira vê e trata crianças e adolescentes, colocando a proteção integral no centro das políticas públicas¹⁴.

As políticas públicas para enfrentar a violência contra crianças e adolescentes no Brasil foram fortalecidas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente com as diretrizes estabelecidas pelo ECA. A notificação compulsória e a obrigatoriedade de encaminhamento de casos suspeitos ou confirmados de violência contra menores de 17 anos ao Conselho Tutelar ou outros órgãos contribuíram para dar maior visibilidade a essa problemática e aprimorar a vigilância e o combate à violência contra crianças e adolescentes¹⁴.

Entretanto, apesar dos avanços das políticas públicas na proteção integral de crianças e

adolescentes, um dos grandes desafios ainda reside na fragmentação da rede de proteção. Embora haja diversos atores e serviços envolvidos, como Conselhos Tutelares, serviços de saúde, assistência social e o sistema judiciário, a articulação entre eles muitas vezes se mostra frágil e descoordenada. Essa fragilidade se manifesta na falta de comunicação entre os serviços, na dificuldade de acesso e na baixa efetividade das intervenções na vida das vítimas¹⁴.

A enfermagem exerce um papel essencial na assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência, ocupando uma posição privilegiada na equipe multidisciplinar. Esses profissionais mantêm contato direto com os jovens e suas famílias, fortalecendo o vínculo entre profissional e usuário. Esse relacionamento próximo facilita a identificação de sinais indicativos de violência, possibilitando uma intervenção eficaz para minimizar os danos do abuso e prevenir a continuidade da violência infanto-juvenil¹⁵.

Ademais, estudos mostram que cabe aos profissionais de enfermagem a responsabilidade de abordar e detectar situações de violência infanto-juvenil, bem como cuidar das vítimas e de suas famílias. A consulta de enfermagem se destaca como uma ferramenta essencial nesse processo, pois favorece o estreitamento dos laços com crianças, adolescentes e suas famílias, permitindo um enfoque maior nas questões pertinentes às intervenções necessárias¹⁵.

Além disso, o papel da enfermagem engloba a identificação e o cuidado imediato. Ao estabelecer um vínculo contínuo e atuar de forma preventiva, os profissionais podem orientar as famílias e os jovens, promovendo um ambiente seguro que contribua para a prevenção da violência. Práticas específicas, como o

uso de ferramentas de triagem e técnicas de entrevista adaptadas a crianças e adolescentes, são fundamentais para identificar sinais de violência de forma sensível e eficaz¹⁵.

No entanto, apesar de os profissionais exercerem um papel fundamental na detecção da violência infantil, oferecendo um cuidado baseado no vínculo, acolhimento e empatia, ainda há dificuldades apontadas nesse atendimento. Essas dificuldades estão, em grande parte, relacionadas à falta de qualificação dos profissionais de enfermagem. Muitos se sentem despreparados para lidar com situações de violência infantil, o que pode levar à negligência de suas atribuições na identificação e abordagem desses casos¹⁵.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de ações de educação continuada voltadas à qualificação profissional, considerando que os profissionais de enfermagem devem estar capacitados para lidar com situações de violência. A capacitação adequada não só fortalece a segurança do atendimento, mas também eleva a confiança do profissional, aumentando sua capacidade de atuar com assertividade e sensibilidade. O manejo inadequado desses casos pode trazer graves consequências para as crianças e adolescentes, bem como para suas famílias¹⁵.

Conclusão

Conclui-se que este estudo evidenciou a gravidade e a complexidade da violência na infância e suas profundas repercussões na vida adulta das mulheres. Os impactos psicológicos, emocionais e sociais comprometem a saúde mental, o bem-estar e os relacionamentos, perpetuando um ciclo intergeracional de sofrimento.

Esses resultados ressaltam a necessidade de políticas públicas, cuidados e medidas preventivas para proteger crianças e adolescentes, durante o ciclo de violência e construir uma sociedade mais equitativa e humanizada.

Referências

1. World Health Organization. Global status report on violence prevention 2020. Geneva: World Health Organization. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240005012>>. Acesso em 10 nov 2024.
2. Muniz BAA, Dantas ALM, Santana MM. Notificação de violência infantojuvenil: percepção dos profissionais da atenção primária à saúde. Trabalho, Educação e Saúde. 2022; 20:e00620196.
3. Ribeiro RKSM, Alves RJR, Dias TL, Camargo MIFP. Efeitos psicológicos da violência sexual em crianças brasileiras. Rev Psicopedagogia. 2023; 282-292.
4. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Maus-tratos entre crianças e adolescentes: perfil inédito das vítimas e circunstâncias desse crime no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022; 4-9. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/13-anuario-2022-maus-tratos-entre-criancas-e-adolescentes-perfil-inedito-das-vitimas-e-circunstancias-desse-crime-no-brasil.pdf>>. Acesso em 10 nov 2024.
5. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Perfil estatístico da violência contra a infância na América Latina e no Caribe. Nova York: UNICEF. 2022; 3-5. Disponível em: <<https://www.unicef.org/lac/media/38226/file/Perfil-estadistico-de-la-violencia-contra-la-infancia-en-America-Latina-y-el-Caribe.pdf>>. Acesso em 10 nov 2024.
6. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Informações de Saúde (TABNET). Brasília: Ministério da Saúde. 2024. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em 10 nov 2024.
7. Riba AC, Zioni F. O corpo da criança como receptáculo da violência física: análise dos dados epidemiológicos do Viva/Sinan. Saúde Debate. 2022; 46(spe5):193-207.
8. Reichert AM, Krindges CA. Mulheres vítimas de violência física na infância e as repercussões na maternidade na idade adulta. Periódicos Psicologia. 2019; 12(2):432-446.
9. Orientação e informações sobre o enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes. OAB Nacional. Comitê nacional de enfrentamento à violência sexual contra criança de adolescente. 2020. Disponível em: <https://www.oab.org.br/Content/pdf/cartilha_crianca_adolescente.pdf>. Acesso em 14 nov 2024.
10. Pedroso MRO, Leite FMC. Prevalência e fatores associados à negligência contra crianças em um estado brasileiro. Esc Anna Nery. 2023; 1-8.
11. Alves IMS, Araujo CWG, Alves MLP, Silva JA, Silva AF. Consequências da violência psicológica intrafamiliar na escola. Rev Científica Sistemática. 2024; 14(3):630-685.
12. Silva GRR, Lima MLC, Acioli RML, Barreira AK. A influência da violência familiar e entre pares na prática do bullying por adolescentes escolares. Ciência & Saúde Coletiva. 2021; 4933-4941.
13. Henriques CGP, Thomé LD, Rosa EM. Violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes e suas repercussões; uma revisão sistemática de literatura. Escola Ciências Saúde Vida. 2022; 53(1):1-12.
14. Santos DP, Matos H, Costa DA. A violência doméstica infantil: uma revisão bibliográfica sobre os impactos na saúde mental das crianças. Rev Mult Nordeste Mineiro. 2024; 12:1-17.
15. Silva MS, Milbrath VM, Santos BA, Bazzan JS, Gabatz RIB, Freitag VL. Nursing care for child/adolescent victims of violence: integrative review. Rev Fun Care Online. 2020; 12:115-122.